

12 NOV 1987

ANC p1

# A resposta da Shell

por Fátima Belchior  
do Rio

Detentora do segundo lugar no mercado brasileiro de distribuição de derivados, onde responde por uma gorda fatia de 21%, só superior aos 35% arrebanhados pela Petrobrás Distribuidora, a Shell — que atua há 74 anos no País — poderá abandonar essa atividade no Brasil.

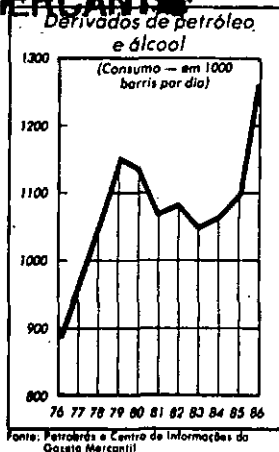
A ameaça foi feita ontem pelo presidente da empresa, Robert Anthony Broughton, ao aventar a possibilidade da matriz anglo-holandesa da Shell, a Royal Dutch-Shell, de vir a perder seu controle majoritário da empresa em consequência da aprovação pela Comissão de Sistematização da Constituinte de emenda que nacionaliza a distribuição de derivados de petróleo.

A Esso, a Texaco e a Atlantic — multinacionais que também podem ser

atingidas pela medida, já que são distribuidoras com 15, 9 e 9% do mercado local — adotaram, ao contrário da Shell, um tom cauteloso em relação ao assunto. O presidente da Texaco, Ralph Martin, se disse "confiante" no fato de que a proposta da Comissão de Sistematização não terá o sinal verde do plenário da Constituinte. O diretor de assuntos externos da Esso, Adhemar Berlefin, foi mais além, afirmando que sua empresa não cogita a hipótese de deixar o País. Ari Macedo, que dirige a Atlantic, garante: "Não será aprovada esta emenda".

Durante seminário sobre investimentos públicos, promovido ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente da Petrobrás, Ozires Silva, revelou-se surpreso com a decisão da Comissão de Sistematização e defendeu as multinacionais. "Estas empresas estão no Brasil

## GAZETA MERCANTIL



há muito tempo, desenvolvem um bom trabalho, trocam experiências com a Petrobrás, o que é bom para a competição e útil ao consumidor", disse. Afirmou ainda não acreditar em retaliações da parte delas, já que o presidente da Shell acenou com conse-

quências negativas que a aprovação da emenda pode trazer ao País, inclusive atrapalhando os trabalhos da Petrobrás no exterior.

Em Brasília, conforme relato da repórter Jurema Baesse, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, demonstrou sua preocupação com o voto dos parlamentares. "Esta decisão representa um sinal muito negativo aos investidores estrangeiros e às multinacionais", afirmou o ministro. Na avaliação de Bresser, "o Brasil tem grande interesse em receber investimentos estrangeiros. O próprio desenvolvimento nacional teve uma participação importante de capital estrangeiro".

Já o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, ao dar entrevista à imprensa na CNI, ao lado do presidente da entidade, Albano Franco, evitou aprofundar-se na questão. Franco, que além de dirigente empresarial é senador pelo PMDB (de Sergipe) e votou a favor da nacionalização, fez autocrítica de sua atitude, considerando-a "um lamentável equívoco".

(Ver páginas 5 e 6)

O presidente da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), André Beer, negociou ontem em Brasília, durante quatro horas com o Ministério da Fazenda, o aumento de preços dos automóveis. Um acordo sobre esse problema, estendido a todas as montadoras, resolveria a pendência judicial que o governo mantém com a Autolatina. Beer disse, depois do encontro com Yoshiaki Nakano, assessor do ministro Bresser: "Definimos os pontos básicos de um novo acordo com o governo".